

'Holding' do PCC alcançava até transporte público em São Paulo**O CRIME NO COTIDIANO****Operação em empresas de ônibus mostra alcance de negócios de fachada de facção**

GUILHERME CAETANO E BIANCA GOMES
 @globo.com.br
 SÃO PAULO

A operação deflagrada pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP) ontem contra duas empresas de ônibus que seriam usadas para lavar dinheiro do PCC mostrou o alcance das atividades da facção criminosa em negócios que fazem parte do cotidiano dos paulistas, como o transporte público, investimentos imobiliários, clínicas e postos de combustível. A UPBus e a Transwollf (TW), alvos da operação, transportam cerca de 700 mil pessoas por dia na zonas Sul e Leste da capital paulista e receberam quase R\$ 800 milhões em remuneração da prefeitura por seus serviços.

A Operação Fim da Linha foi uma continuidade da Sharks, realizada em 2020. Os órgãos da força-tarefa que a executou mostram como a atividade da facção criminosa se diversificou. Além do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MP-SP e da Polícia Militar, participaram a Receita Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que atua na preservação da livre concorrência.

'CONTORNOS DE MÁFIA'

As 1ª e 2ª Varas de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital expediram quatro mandados de prisão e 52 de busca e apreensão na Fim da Linha. Foram presos Luiz Carlos Efigênio Pacheco, dono da Transwollf, conhecido como "Pandora", Robson Flares Lopes Pontes, diretor da empresa, e Joelson Santos da Silva, representante de um escritório de contabilidade ligado à companhia de ônibus. Sócio da UPBus, Silvio Luis Ferreira, o "Cebola", apontado como um dos principais chefes da facção e quarto alvo dos mandados de prisão, está foragido. Outras três pessoas foram presas em flagrante.

— O que nos preocupou muito é que a facção tem tomado contornos de máfia, cuja característica principal é a infiltração nos poderes do Estado. Não detectamos nenhuma omissão por parte do poder público municipal, mas que (os criminosos) estão disputando licitações de serviço público municipal. Já ocorreu na Itália, e agora temo visto isso acontecer no Brasil — alerta o promotor do Gaeco Lincoln Gakiya, que investiga o PCC desde os anos 2000.

A Justiça bloqueou R\$ 596 milhões, com sequestro de bens de 28 empresas e 43 imóveis, segundo o promotor. Entre os bens apreendi-



Força-tarefa. Servidor da Receita Federal em garagem de uma das empresas investigadas; Cade, que regula a concorrência, também participou da operação, ao lado da PM e do Ministério Público



Tropa reunida. Carros e policiais no início da ação; patrulhamento nas garagens das companhias será reforçado

OS ALVOS DA OPERAÇÃO FIM DA LINHA**Os principais presos**

Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o "Pandora", é dono da Transwollf, suspeito de lavar dinheiro do tráfico de drogas, de maconha e outros crimes. A experiência de Luiz Carlos em transportes vem da época das cooperativas clandestinas de vans na capital paulista. Robson Flares Lopes Pontes é dirigente da Transwollf e foi preso na garagem da empresa. Robson já havia sido processado por tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo em 2016.

dos estão duas barras de ouro, 11 armas (sendo dois fuzis), 813 munições, joias e relógios, lanchas, R\$ 161 mil em espécie e um helicóptero. À noite, o Ministério Público ofereceu denúncia contra 28 pessoas inves-

O foragido

Controlador da UPBus, Silvio Luis Ferreira é conhecido como "Cebola". Ferreira já foi flagrado com quase meia tonelada de maconha e é apontado pela polícia como um dos principais chefes do PCC em liberdade. Uma investigação feita em 2022 pelo Departamento de Prevenção e Repressão ao Narcótico (Denarc) indicou que o controlador da empresa era "forte candidato" a assumir o posto de número 1 da facção criminosa nas ruas.

tigadas na operação. Em entrevista à GloboNews, Gakiya afirmou que a investigação continuará e há uma suspeita de que o dinheiro do crime organizado seja usado para campanhas políticas, sobretudo em

As empresas

A Transwollf atua majoritariamente na Zona Sul da capital. De acordo com os balanços da SPTrans, estatal municipal do transporte urbano, a empresa recebeu apenas no ano passado R\$ 748 milhões para operar 143 linhas de ônibus. O contrato da Transwollf com a prefeitura, firmado em 2019, tem validade de por 15 anos. A UPBus opera principalmente na Zona Leste e recebeu no ano passado quase R\$ 88 milhões da prefeitura.

eleições municipais, como as deste ano.

— Não é incomum a gente verificar financiamento a campanhas de prefeitos, vereadores. Se chegarmos não só nessa questão de políticos envolvidos, mas de ser-

vidores públicos, a gente vai partir para punição dessas pessoas — avisou.

Nas eleições de 2020, Pandora doou R\$ 75 mil ao então candidato a vereador Antonio Donato (PT). Donato enviou nota afirmando que foi procurado porque Pacheco "queria fazer doação" para um candidato de oposição, e o repasse foi feito de forma legal e registrada junto à Justiça Eleitoral.

Segundo o Ministério Público, 29 empresas estão envolvidas no esquema de lavagem de dinheiro da TW e da UPBus. A investigação preliminar que levou à operação veio da Receita Federal, que identificou diversos esquemas tributários ilegais. Entre eles, formação de capital social de empresas com valores sem origem lícita, movimentações financeiras atípicas e distribuições de lucro desordenadas e sem lastro financeiro.

DIVIDENDOS SEM LUCRO

De acordo com o MP-SP, cada uma das companhias investigadas montou uma "constelação" de empresas para tentar driblar a fiscalização. Com o capital adquirido, as controladas do PCC mostravam solidez financeira para entrar em licitações. Elas movimentaram R\$ 732 milhões de 2020 a 2022, apesar de terem R\$ 142 milhões em patrimônio declarado. Há casos de um imóvel pertencente ao grupo avaliado em R\$ 10 milhões, mas declarado em R\$ 800 mil.

— Nenhuma empresa passa por uma licitação se não tiver uma certidão negativa de débitos. Essas

empresas tinham débitos tributários, e ainda assim fizeram compensações fraudulentas, com créditos inexistentes, para obter uma certidão e concorrer de maneira desleal — disse a superintendente da Receita em São Paulo, Márcia Cecília Meng.

A Receita identificou também a distribuição indevida de dividendos. Mesmo em anos com prejuízos, a UPBus e a TW pagavam somas milionárias a seus sócios. Um deles recebeu mais de R\$ 14,8 milhões entre 2015 e 2022, quando a empresa que era ligado teve um prejuízo acumulado de mais de R\$ 5 milhões. Esse expediente, além de esquentar o dinheiro ilícito, impedia o pagamento de tributos pelos beneficiários, já que dividendos são isentos de imposto de renda.

A Receita identificou ainda dezenas de compra e venda de imóveis e bens de luxo dentro do esquema, como carros da Ferrari — negociações que eram feitas sob "complexas redes de holdings para conseguir disfarçar a titularidade da propriedade do bem", segundo Meng.

A Justiça ordenou que a SPTrans assumia as linhas das companhias investigadas. O prefeito Ricardo Nunes nomeou dois dirigentes da estatal de transporte coletivo para assumir a TW e a UPBus. A intervenção será durante a investigação. A PM vai aumentar o patrulhamento nas garagens das duas companhias, para evitar interrupções no serviço. Nenhum ônibus foi retirado da operação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Brasil **Página:** 14